

Autora:Juliana Santiago Teixeira-Pesquisadora PBIC/BIC.

Instituições de fomento (UCG, FUNAPE, FUNADESP, FAPEG E CNPQ)

Orientador:Nivaldo dos Santos

Trabalho de Iniciação Científica

TECNOLOGIA E DIREITOS AUTORAIS

Este trabalho pretende abordar sobre propriedade intelectual retratando o seu conceito,histórico, finalidade, seus conflitos e como tentar resolver esses conflitos frente o avanço tecnológico.A propriedade intelectual é entendida na medida em que o autor ou criador do novo bem determina, dentro de limites socialmente aceitos e legalmente protegidos, as condições sob as quais o bem pode ser usado por terceiros.A conceituação formal e a proteção legal da propriedade intelectual apareceram no início do século 18 XVIII, quando na Inglaterra foi editado o "*Statute of Anne*" em 1709. A intenção era oferecer incentivos a inventores através da concessão de monopólios restritos. A lei nº 9.610, de 19 Fev 1998 do *copyright* incentivaria autores enquanto a lei das patentes (Lei nº 9279) incentivaria os inventores de idéias com valor comercial.É complicado o paradoxo entre a tecnologia, a facilidade de se fazer cópias, e a proteção dos direitos dos autores que querem ver os seus direitos assegurados, pois com a inovação tecnológica todos podem ter o acesso à cópia de livros literários, por exemplo, ficando assim cada vez mais problemática a tarefa da proteção e fiscalização.Logo, como solucionar?Deve-se restringir a tecnologia ou assegurar direitos autorais?O assunto é complicado, mais um dos resultados a que se chegou do trabalho após pesquisas e leituras, seria conseguir o equilíbrio entre um e outro.A questão intrigante é que assim como a maioria dos fenômenos e produtos a tecnologia traz consigo pontos positivos e pontos negativos.Facilita o trabalho das pessoas, mas estimula o sedentarismo, aumenta a velocidade do trabalho nas fábricas, mas estimula a substituição de funcionários por máquinas, diminui o custo de alguns produtos industrializados, mas gera maior poluição.Conclui-se então que apesar de serem alvos de várias discussões as questões aqui propostas, o tema ainda necessita de maior regulamentação e fiscalização, para que a Lei seja aplicada efetivamente e surjam novas leis a fim de garantir tais direitos essenciais à vida de milhares de pessoas.